

O “Capitalismo de compadres”

Roberto Grün

Introdução

O “*crony capitalism*” é considerado uma das mazelas mais típicas e perniciosas do capitalismo que se desenvolveu no Brasil e nos países em desenvolvimento na sua generalidade. O significado básico do termo é capitalismo de “compadres” ou de “panelas”. Ao invés da desejada e esperada concorrência entre compradores e vendedores de quaisquer produtos, um indivíduo ou um grupo usam de sua posição estratégica no acesso a algum recurso público valioso e negocia essa facilidade no sentido de privilegiar a si mesmo e/ou alguma pessoa ou grupo com o qual ele tem afinidades.

Há diversos graus de incidência desse problema. Algumas consequências da privatização das empresas públicas nos anos 1990 mostram o problema no seu lado mais agudo, que agitou o Brasil recente. Foi bastante divulgado na imprensa o contencioso em torno da gestão das empresas de telecomunicações, que opôs Daniel Dantas e o seu grupo Opportunity aos fundos de pensão das empresas estatais. Nos arranjos feitos na época, o grupo de Dantas montou o consórcio para o qual ele obteve a adesão dos fundos de pensão, que entraram como os maiores provedores de capital, mas com poderes de mando muito limitado sobre as empresas (Duailibi, 26/4/2001; Romero, 27/10/2009). Mais recentemente, Dantas foi acusado por aqueles sócios destituídos de poder, de utilizar recursos das telefônicas para custear vultosas despesas específicas do funcionamento das empresas de seu grupo e mesmo serviços ilegais de espionagem comercial (Mendes, 3/6/2006). O caso evoluiu para uma disputa pelo comando das empresas e estaria mesmo na base de disputas intestinas do governo Lula, opondo o Secretário de Comunicação Luiz Gushiken, tido como partidário dos fundos, ao então Chefe da Casa Civil José Dirceu, que defenderia Dantas junto à Presidência (Romero, 14/9/2005). E esse imbróglio também estaria na base do escândalo do “mensalão”, que abalou o primeiro termo daquela Presidência, já que o dinheiro para os pagamentos teria saído do caixa das telefônicas através de contratos duvidosos estabelecidos com o famigerado Marcos Valério (Chagas, 8/7/2008; Peña, 8/7/2005). Preterido nessas disputas que envolviam o beneplácito do Governo Federal, Dantas teria acionado Roberto Jefferson para fazer a famosa denúncia (*Folha Online*, 30/5/2006). É provável que haja alguma dose de ficção nesses enredos mesclados de sugestões conspiratórias. Mas os diversos graus de

crença nessa possibilidade movimentaram a agenda política brasileira entre 2005 e 2006, mostrando claramente o potencial desestabilizador do “*cronyism*”.¹

Os fundos de pensão, que se consideram prejudicados pela atuação do Opportunity, ponderam que falta governança corporativa nas empresas. Isso porque prevaleceu no Brasil a forma de privatização na qual o governo leiloava o “bloco de controle” das empresas para os consórcios interessados. A forma alternativa seria a venda pulverizada do total das ações para o público. Daí iria emergir um novo bloco, mais compromissado com os acionistas minoritários, disposto a aceitar as regras da boa governança corporativa, e assim as mazelas seriam evitadas (mas com menos garantias sobre a viabilidade técnica ou financeira dos empreendimentos). Na época, a justificativa para a forma que prevaleceu girava em torno do aumento de arrecadação para o Tesouro Nacional — na medida em que os investidores estariam dispostos a pagar mais por ações que lhes garantiriam a gestão indisputada da empresa — e da maior possibilidade de garantir a existência, no bloco majoritário, de um sócio com capacidade tecnológica para dirigir a empresa. Na formação do bloco, instituiu-se um sistema de “*private equities*” (participações privadas), regulando as relações entre os sócios. É nesse acordo privado que residiria o poder desproporcional de Dantas nos negócios. E o contencioso que opôs Dantas aos fundos de pensão, girando em torno da tentativa de manter essa situação assimétrica, ou de precificá-la para vender seu controle legal a outros investidores, teria gerado as convulsões que observamos no período (Romero, 27/10/2009).

Um evento menos dramático, mas de uma espécie mais frequente, aconteceu em 25 de abril de 2009. Naquele dia, o noticiário político brasileiro registrou o favorecimento a um pequeno banco na distribuição de crédito consignado entre os funcionários do Senado Federal (Leitão, 25/4/2009). No turbilhão de acusações contra o Senado, o diretor de recursos humanos da instituição foi acusado pelo ocorrido e afastado do seu cargo. O conluio imputado entre o acusado e o banco estaria produzindo uma situação de juros anormalmente altos para os empréstimos e uma polpuda e ilegal remuneração para o funcionário que estaria agindo como “*gatekeeper*” dessa oportunidade. Essa postura é contraposta a outra, considerada ideal, na qual o livre funcionamento do mercado traria o melhor resultado: a concorrência desimpedida entre os diversos bancos pelo acesso aos funcionários faria diminuir os juros dos empréstimos e/ou levaria à negociação por algum benefício significativo à instituição Senado Federal. Esse episódio no

¹ Sugiro a leitura de um artigo no qual trabalho mais sistematicamente o escândalo (Grün, 2008). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200800020004&nrm=iso.

Senado é apenas o mais recente de um tipo de denúncia envolvendo praticamente todos os níveis e esferas de governo e inclinações políticas. Ele deflagrou uma guerra interna entre os diversos grupos de altos funcionários do Senado. As armas utilizadas foram um crescendo de denúncias recíprocas de malfeitos, que desestabilizou até a posição de José Sarney, o Presidente daquela Casa.² As suspeitas surgiram simultaneamente à própria instituição do crédito consignado, e revelam um padrão de disputa pelo posto de “*gatekeeper*”, que é um desdobramento lógico da existência mesma dessas posições estratégicas.

O *cronyism* na história recente do Brasil: variantes e continuidade

No passado, o “*cronyism*” era considerado um traço ao mesmo tempo estrutural e pernicioso da economia brasileira. Na memória dos executivos das décadas de 1960 a 1990, os “*gatekeepers*” agiriam sistematicamente nas relações entre empresas estatais fornecedoras de insumos fundamentais para a economia e seus consumidores privados. Esses intermediários controlavam a distribuição de diversos tipos de aços especiais que eram fabricados pelas grandes siderúrgicas estatais, pertencentes ao governo federal, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ou pelos governos estaduais, como a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e extrairiam polpidos lucros dessa posição estratégica. Da mesma maneira, se falava dos insumos básicos da indústria petroquímica, produzidos pela Petrobras, a companhia pertencente ao governo federal que então monopolizava o setor. Esses componentes metálicos e petrolíferos estão no início de diversas cadeias produtivas, como a da indústria automotiva, das embalagens e de fertilizantes, e são incontornáveis para aqueles ramos fundamentais da economia. O posicionamento dos atores nessas situações de controle não era conseguido por acaso, mas através de acordos e indicações políticas. Implicitamente, o político individual ou grupo auferiria vantagens importantes que lhes seriam oferecidas em reciprocidade pelos intermediários. Com a privatização de boa parte das empresas estatais ou de setores delas nos anos 1990, essa suspeita foi esmaecendo, mas reaparece na cena política brasileira com maior ou menor intensidade em episódios como o do político que “queria aquele diretoria da Petrobras que fura poços” (Freitas, 13/4/2007).

O último episódio acima, envolvendo o ex-presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti mostra mais uma vez o potencial desestabilizador do “*crony*”

² A Revista *Época* fez extensa cobertura dos eventos. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI83943-15223,00-ENTENDA+AS+DENUNCIAS+CONTRA+SARNEY.html>. Consultado em: 6/11/2009.

capitalism". Ele reitera a noção corrosiva de que a atividade política não passa de uma busca infame de vantagens pessoais. E assim aumenta o descrédito sobre a representação política, um dos pilares fundamentais do convívio democrático. Um observador cínico e realista poderia perguntar quais seriam as fontes alternativas de financiamento das campanhas eleitorais e demais atividades de representação dos políticos. Aceitando ou não o financiamento público integral das campanhas políticas, é evidente que a solução passa pela necessidade de pensar maneiras de evitar tais episódios. Num país em desenvolvimento no qual a carga tributária chegou a 35% do PIB em 2007, não é surpresa que qualquer cogitação de aumento de despesas é mal visto (Ribeiro, 12/12/2008). Ele repercute imediatamente contra quem pretende criá-las, inviabiliza propostas nesse sentido, e a fonte do problema continua.

Diagnóstico e receituário internacional contra o “*Crony Capitalism*”

Um rápido passeio na literatura sobre o tema, colocando os problemas brasileiros numa perspectiva mais geral. Ele poderá nos ajudar a compreender a sua complexidade e as formas como se imagina diminuir a sua influência negativa sobre a política e economia atuais. E finalmente, a crise econômica que eclodiu em 2008 mostrará as limitações e mecanismos de correção desse ferramental. O “*cronyism*” é considerado uma mazela geral do capitalismo, envolvendo não só a relação das empresas públicas com a esfera política, mas também o universo interno das empresas privadas. No mundo anglo-saxão, onde o termo foi criado, ele se refere principalmente às relações privilegiadas que as direções profissionais de grandes empresas com ações listadas em bolsa, as “*public enterprises*”, têm com os administradores de outras empresas, grupos específicos de acionistas ou banqueiros. Essas relações favoreceriam os interesses particulares daqueles grupos em detrimento dos acionistas como um todo. Principalmente nos Estados Unidos, onde a indústria estatal é menos relevante e o peso das empresas de propriedade pulverizada muito maior, há uma forte identificação do interesse público com o dos acionistas minoritários (Roe, 1994).

Os minoritários são uma categoria muito mais ampla do que intuitivamente se pensa, porque ela abarca também, e principalmente, os cotistas dos diversos fundos e planos individuais de aposentadoria e pensão e seus dependentes, recobrando dezenas de milhões de indivíduos. Assim, nosso “caso Dantas” se revela mais próximo da definição original do que o protagonizado por Severino Cavalcanti. Ele envolve um contencioso de representação que surge em grandes empresas, nas quais se defrontam diversos tipos de interesses. E, é sempre bom

lembrar, o sistema de fundos de pensão brasileiro já registrava em 2009 a expressiva soma de 7 milhões de participantes, sem falar nos signatários de planos individuais de aposentadoria voluntária propostos pelos bancos, seguradoras e órgãos de classe, que cresceram geometricamente nos últimos dez anos (Abrapp, 7/2009).

Na base da questão, tem-se o problema que é chamado de “assimetria de informações”. Os diretores trabalham cotidianamente na empresa e podem utilizar a seu favor os seus sistemas de informação internos, bem como seus conhecimentos sobre os mercados de insumos e consumidores nos quais elas atuam, enquanto os acionistas têm acesso muito mais limitado a essas informações e dificilmente teriam tempo e habilidades para adquiri-las. Por isso, a capacidade de os acionistas controlarem efetivamente a ação e justificativas dos dirigentes das empresas é estruturalmente limitada pelo déficit de informações.

Trata-se de uma versão do problema básico da representação, análogo àquele mais conhecido que está na base da representação política. Nesta última, o representante precisa responder a eventualidades não previstas no programa eleitoral a partir do qual ele foi eleito. Ao fazê-lo, ele pode contrariar o entendimento político, os desejos e interesses daqueles que o elegeram. E, aos representantes, sempre será possível caracterizar uma situação como inédita e invocar essa situação para desenvolver uma agenda diferente daquela que foi “contratada” com os seus eleitores.

O mesmo acontece com os diretores-representantes nas empresas. As flutuações da economia, do ambiente institucional e tecnológico poderão sempre servir de alibi para justificar condutas não apoiadas pelos seus acionistas-representados. Os diretores-representantes das empresas podem assim estar ferindo os interesses dos acionistas-representados para os quais, pelo menos teoricamente, eles trabalhariam, sem que os segundos, cujo conhecimento dos problemas das empresas está estruturalmente limitado pela assimetria de informações, possa efetivamente se contrapor aos primeiros.

O problema existe desde o início do capitalismo. Adam Smith já havia diagnosticado em “*A riqueza das nações*”, de 1776, quando notava que os diretores das grandes companhias de comércio ultramarino acabavam se dedicando mais às atividades que os beneficiavam diretamente do que à administração e supervisão efetiva dos negócios das empresas (Smith, 1983). E Dantas invoca essa mesma situação quando perguntado sobre porque não deixaria os fundos de pensão entrar na administração das empresas de telecomunicações. Se eles participassem dessa

gestão, os resultados seriam piores, porque eles são ineficientes e não entendem de negócios (Senado, 21/9/2005).

A governança corporativa: alcance e limitações da prescrição

Para controlar esse processo, a literatura contemporânea produziu a ideia de governança corporativa. Esse termo já é corrente no mundo financeiro e na literatura que nos informa sobre o assunto. A história da expressão é curiosa e instrutiva. Ela foi cunhada por Ralph Nader, no início da década de 1970. Esse conhecido crítico do capitalismo norte-americano tentava naquela época convencer as grandes empresas automobilísticas do seu país a instalarem cintos de segurança nos automóveis que elas fabricavam. Os testes indicavam uma significativa diminuição da letalidade nos acidentes rodoviários quando os passageiros usavam aquele equipamento. Mas as empresas, munidas de pesquisas de opinião, declaravam que o público não queria o acessório que, além de tudo, iria complicar e encarecer a fabricação de veículos. Nessa primeira acepção, a “governança corporativa” se referia, portanto, à necessária supervisão que a sociedade civil deveria exercer sobre as grandes empresas, e mesmo sobre os consumidores dos seus produtos, já que eles afetavam muito intensamente a vida social e os agentes privados, por eles mesmos, não se curvavam ao interesse público (Joseph, 2005). Posteriormente, a expressão vai flexionando seu significado original, mantendo a ideia inicial de governo das empresas a partir dos atores externos interessados nela. Numa primeira flexão posterior ao uso original de Nader, os atores externos são principalmente os acionistas e, mais recentemente, com o advento da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental, diversos outros atores, identificados com as causas sociais e ambientais, passam a ser considerados relevantes na governança das empresas.

A literatura acadêmica sobre o assunto se divide em duas vertentes, que refletem, nas suas formulações, a sensibilidade para cada um daqueles grupos. A mais conhecida é chamada alternativamente de normativa e propositiva. Seu principal centro de interesse é propor e avaliar a qualidade de ferramentas organizacionais e legais que induzam os dirigentes das empresas a adotarem práticas profissionais que resguardem e privilegiem os interesses dos acionistas.

O texto de Fama (1980) é a primeira contribuição que formula claramente o problema, e propõe um esquema geral para o desenvolvimento do ferramental que poderá lidar com ele. A ideia é de “alinhar os interesses da direção da empresa aos interesses dos acionistas”. Criar mecanismos de incentivo que vinculem a remuneração e desenvolvimento das carreiras dos dirigentes à realização dos

objetivos desejados pelos acionistas. Os resultados mais evidentes dessa vertente são os esquemas atuais de remuneração de dirigentes de empresas através de “*stock options*” (remuneração variável, indexada à valorização das ações da empresa na qual o dirigente trabalha) e as propostas de novas legislações societárias, como aquela que foi discutida no Parlamento brasileiro na legislatura 1998-2001, relatada por Antonio Kandir (Projeto de Lei nº 3115-B/1997).

Há uma identificação da boa governança corporativa com o arcabouço institucional contemporâneo dos Estados Unidos, que é assim implicitamente considerado o “*best way*” para onde as legislações e práticas societárias dos diversos países devem caminhar, se quiserem atrair capitais e alcançar altos níveis de desenvolvimento. A validação dessa recomendação se deu nos últimos vinte anos antes da atual crise. Houve nesse período uma intensa atração de capitais provenientes do mundo inteiro em direção do mercado financeiro norte-americano e, em menor escala, do Reino Unido. A partir dos anos Clinton, e durando a quase totalidade dos dois períodos de governo de George W. Bush, o mercado financeiro norte-americano conseguiu atrair os investidores do mundo inteiro que financiaram não só suas grandes empresas tradicionais, como também as novas empresas de alta tecnologia e os déficits públicos dos Estados Unidos.

O diagnóstico favorável observa que a atração se dava porque os mercados financeiros norte-americano e inglês eram mais eficientes do que seus concorrentes europeus e asiáticos, pois promoviam mais facilmente liquidez tanto para a criação de novas empresas quanto para a liquidação de investimentos e alterações nos portfólios dos investidores (*The Economist*, 15/1/1994).

O outro eixo é o que poderemos chamar de “reflexivo”, que se propõe examinar as premissas e consequências das novas ferramentas. Ele congrega principalmente especialistas em economia política, mais ou menos influenciados originalmente pelo marxismo, cientistas políticos e sociólogos.

Aí, a intenção mais evidente é de relativizar a proposta da corrente anterior, que enxerga nos Estados Unidos dos anos 1990 e início do presente século como uma espécie de Meca do Capitalismo moderno. Para esses diversos grupos, cada país tem um arranjo institucional que lhe é próprio e oriundo do curso particular de sua história, e exigir a adoção das práticas e armadura institucionais norte-americanas seria um exercício inútil e perigoso. Os autores dessa corrente procuram a validação de seus argumentos de maneira indireta, apresentando os níveis de bem-estar, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sociais dos países mais desenvolvidos da Europa, do Japão e da Coreia do Sul, bem como os padrões de relações industriais daqueles países, considerados mais aptos para estratégias

colaborativas entre governos, patronato e trabalhadores do que o norte-americano (Hollingsworth, Schmitter *et al.*, 1994). Mais recentemente surge uma corrente no meio termo entre as duas vertentes, que enxerga na primeira década do século XXI uma hibridização entre os modelos nacionais e as prescrições da Economia Financeira. A pressão dos mercados financeiros nacionais e a concorrência dos governos pelos preciosos investimentos que dinamizam as economias fizeram aqueles países adaptarem os princípios da boa governança corporativa anglo-norte-americana às suas tradições nacionais e assim tentar manter a atratividade internacional de seus mercados (*The Economist*, 15/1/1994; Masahiko Aoki, 2007).

“Interlocking”: problema ou solução?

As formas como cada vertente trabalha o conceito de “*interlocking*”, a medida do grau de conexão entre os diretores e membros dos comitês de administração das diversas empresas resume um pouco a controvérsia nos termos de uma discussão sobre seu alcance político (Mizruchi, 1992). No quadro de referências mais direto da teoria normativa, um alto grau de *interlocking* seria sempre considerado problemático. Na linguagem interna do setor financeiro, estaríamos sempre diante do risco de “trocas de chumbo”. Nelas o diretor da empresa “A” seria membro do comitê de direção da empresa “B” e, nessa condição, aprova as contas e estratégias apresentadas pelo diretor da empresa “B” que, membro do comitê de direção da empresa “A”, espera que o diretor da empresa “B” adote o mesmo procedimento quando estiver supervisionando a empresa “A”.³ Implicitamente, se está dizendo que a proximidade diretamente profissional e indiretamente social entre os agentes executivos e fiscalizadores induziria a uma cumplicidade entre eles, em detrimento dos interesses mais gerais dos acionistas das duas empresas ou, no caso de empreendimentos públicos, em detrimento do interesse geral da nação. Não é assim por acaso que os princípios da boa governança corporativa, o conjunto de conselhos que normalmente é predicado pelos especialistas do ferramental, mandam evitar ou pelo menos diminuir ao máximo o *interlocking* (IBGC, 2004).

Vendo a questão a partir da literatura reflexiva, nossa segunda vertente, o “*interlocking*” surge como uma situação inevitável e mesmo desejada. Os laços de

³ Está aí presente uma suposição, empiricamente muito provável, de que os dirigentes de “A” e de “B” sejam oriundos de redes pessoais previamente estabelecidas entre os antigos alunos das grandes universidades norte-americanas, as chamadas “Old-boys leagues” [Cookson, P. W. e C. H. Persell. *Preparing for Power: America's elite boarding schools*. New York: Basic Books. 1985. x, 260 p.p.]. Os estudos sobre a composição dos patronatos dos mais diversos países mostram essa homogeneidade social dos dirigentes (Bourdieu, 1978). Em princípio, a constatação incomoda porque lança dúvidas sobre a possibilidade de uma verdadeira democracia econômica, segundo a qual as chances de se alcançar o sucesso econômico estariam abertas para todos.

confiança prévios entre os atores os induzem a trocar as informações realmente importantes sobre as diversas esferas de atividade consideradas relevantes para o funcionamento das empresas e, em alguma medida, diminuem os “custos de transação” — as desconfianças e custos mais ou menos tangíveis que surgem quando dois ou mais atores econômicos resolvem se relacionar comercialmente. A suposição sobre o caráter moralmente duvidoso dos relacionamentos pessoais, presente na formulação da primeira vertente, é assim relaxada e a segunda linha enxerga uma solução onde a outra vê um problema. Quando a discussão se eleva para o necessário trabalho de representação de interesses dos negócios na esfera política, esse relacionamento sistemático é chamado de “capitalismo institucionalizado” e é visto mesmo como uma excelente solução dos tempos atuais para o problema secular da articulação dos interesses empresariais diante do governo e também da sociedade (Useem, 1984).

Como a teoria pode ser aplicada para entendermos e melhorarmos as relações entre os agentes públicos e os agentes privados, de maneira a preservar o interesse geral do país? Vimos que na controvérsia acadêmica sobre o tema se opõem não só as soluções, mas também a própria formulação dos problemas. Na inspiração vinda da vertente normativa, o agente público deveria ser completamente neutro e mesmo indiferente em relação aos interesses e questões da economia. Só assim se evitaria o *interlocking* e a contaminação do interesse público pelos diversos, e concorrentes, interesses privados. Também na esfera política é um problema passar por cima dessa norma, que assim se mostra enraizada na cultura cívica ocidental. E a história recente do Brasil mostra fartamente que sua transgressão está na base de denúncias que deflagram crises políticas que levam à instabilidade institucional.

O *cronyism* e o “paradoxo Juscelino”

Utilizemos o maior exemplo brasileiro de acusação de “*crony capitalism*”: o governo de Juscelino Kubistchek. Denúncias permanentes de corrupção mantiveram o país instável na segunda metade dos anos 1950, quando se construiu a cidade de Brasília para ser a nova capital da República. Esse caso condensa as ambiguidades do problema. O Presidente e seu círculo de apoiadores estariam em “*interlocking*” com alguns empreiteiros de obras públicas, escolhidos justamente pela proximidade com os dirigentes políticos. No seio dessa coalizão espúria, os empreiteiros inflariam os custos da construção da nova capital, enriquecendo eles mesmos, bem como seus parceiros políticos. Essa “farra” teria ocorrido em detrimento da nação como um todo. E a grande herança do período

seria a inflação, causada pelo desequilíbrio orçamentário daquele período de desvario econômico, que assolou o Estado brasileiro desde então.

A denúncia sistemática das mazelas imputadas a JK e seus apoiadores contribuiu para desfazer as alianças políticas e convergências ideológicas que conferiam estabilidade ao regime democrático e facilitaram muito a deflagração e a aceitação do golpe de 1964. O regime militar acabou sendo visto por muitos como uma solução natural dos problemas econômicos então vividos pelo país. Nesse enquadramento os problemas tinham um fundo moral evidente e só poderiam resolvidos num ambiente político austero, identificado com o rigorismo militar.

Por outro lado, a memória política do país registra aquele mesmo período como sendo o de maior prosperidade e otimismo vivido no Brasil do século XX. E não é por acaso que todos dirigentes federais ou pretendentes a esse cargo invocam sistematicamente a inspiração e continuidade de suas obras e programas com o período da presidência de JK. Mas então como ficamos? Classificamos o período JK como “o parceiro do *crony capitalism*”? Ou como o momento alvissareiro que todos os governantes querem repetir ou pelo menos serem a ele associados? A resposta a essa questão, aparentemente sem saída, exige sair do círculo de giz que nos faz enxergar apenas progresso ou, alternativamente, apenas corrupção. E se acharmos essa forma de caracterizar o fenômeno controverso guardando as duas contribuições sem diluí-las, encontraremos um espaço mais geral de soluções.

Em primeiro lugar, é necessário pensar nas consequências da existência estrutural nas sociedades contemporâneas de diversos tipos de intermediários que operam na interface entre a cena econômica e política propriamente ditas. A atuação conjunta desses diversos grupos acaba produzindo uma moldura cultural que caracteriza e confere sentidos determinados para os fatos que analisamos, condenando o *interlocking* como uma associação espúria. Em várias esferas de atuação, como os diversos braços do aparelho judiciário, da política partidária propriamente dita e da intelectualidade com presença na mídia, surge a figura polimórfica do “empreendedor moral”. Eles são indivíduos e grupos que constroem um fundo de comércio através da denúncia de problemas políticos, tentando caracterizá-los como de ordem moral. Na sua origem, esse conceito foi usado para caracterizar as ações de grupos de “indignados” que investiam suas energias, recursos materiais e reputações em causas como a do sufrágio feminino ou a proibição das bebidas alcoólicas (Gusfield, 1986). Posteriormente seu uso foi ampliado para incluir quaisquer causas morais. Empreendedores morais como as feministas e os ecologistas alteraram para melhor o quadro cognitivo das sociedades modernas. Posteriormente, no mundo contemporâneo do final do século XX, os empreendedores morais perderam um pouco de sua aura de

santidade — ou de loucura — e sua atuação, agora é mais prosaicamente ligada a estratégias de ascensão profissional. Nessa chave, os empreendedores contemporâneos irão utilizar a notoriedade alcançada como um capital específico, primeiramente nas disputas internas de seus ramos de atividade, ajudando-os a melhorar suas posições relativas nesses espaços internos de atuação profissional (Neveu, 1996). E nos casos de maior êxito, essa notoriedade acaba se tornando um cacife inicial para uma carreira política propriamente dita.

A questão ganha transcendência porque pode provocar crises políticas, quando seus efeitos se espalham além das esferas de atuação iniciais de nossos empreendedores. Isso ocorre quando a ação nos campos respectivos estiver sincronizada com configurações e movimentos análogos em outros espaços (Dobry, 1986). Esse fenômeno parece ser típico de países em desenvolvimento. Aqui, a esfera pública e a sociedade civil estariam ainda em estado embrionário e por isso elas permitiriam os sobressaltos. Entretanto, ele foi identificado e analisado em primeiro lugar nos países centrais, se mostrando então uma característica mais geral das sociedades contemporâneas. Diversos processos de desestabilização institucional mais ou menos recentes em países como o Reino Unido do escândalo John Profumo & Christine Keeler, a França do período Mitterrand sacudida por acusações de peculato e malversação de recursos públicos e os Estados Unidos do escândalo Bill Clinton & Monica Lewinsky foram analisados a partir dessa mesma chave explicativa (Dobry, 1986; Garrigou, 1993; Thompson, 2000; Rieder e Steinlight, 2003).

Antes da eclosão da crise financeira que se iniciou em 2008, podíamos observar algumas especificações: os escândalos nos países anglo-saxões tinham um fundamento midiático ligado a comportamentos sexuais considerados indesejados. Já nos países latinos, como a França e o Brasil, o deflagrador dos escândalos era a acusação de algum tipo de promiscuidade financeira. Evidentemente, essa segunda modalidade de conluio é a que aqui mais nos interessa. A história dos países latinos os levou a comportamentos mais ativos dos governos na esfera do fomento econômico. Temos por isso uma prática e uma lógica social de “*scandal-making*” na qual a concentração de forças necessária para a produção de um evento dessa natureza se faz quase naturalmente quando o deflagrador é, ou pode ser caracterizado como, um fato econômico e a torna muito menos provável quando a temática que emerge como potencialmente escandalizadora é de outra natureza (Grün, 2008). Mas, como mostra a série de reportagens sobre o secretário do Tesouro norte-americano Timothy Geithner que começam a pipocar em meados do primeiro semestre de 2009, a mudança recente do contexto econômico dos

Estados Unidos pode tornar obsoleta a divisão que anunciamos e também aumentar a generalidade do tratamento que proponho para o tema.⁴

***Cronyism* e o complexo de vira-latas**

A insistência na generalidade do problema é necessária para relativizarmos o “complexo de vira-latas”: o pensamento autoflagelante tradicional do cotidiano, que acomete o povo brasileiro segundo a expressão famosa de Nelson Rodrigues (Rodrigues e Castro, 1993). Esse passo é uma operação intelectual (e social) importante para sair do impasse. Tanto quanto a boa governança corporativa para os Estados Unidos, ele não é um dado da natureza ou um traço indelével da cultura brasileira. É também importante ter em conta que o *scandal-making* cotidiano a que nos acostumamos ao mesmo tempo se alimenta e realimenta o complexo. E essa constatação lança o foco sobre nossos empreendedores morais e suas responsabilidades nesse processo.

A história dos países é muitas vezes evocada para mostrar o caminho na direção de condições institucionais favoráveis ao bom convívio público-privado. Nesse sentido, é bom lembrar as formas de luta do patriciado urbano norte-americano para controlar a corrupção associada à chamada “Tamanny League” e as consequências desse processo. A Tamanny era uma associação informal de imigrantes irlandeses e seus descendentes, que influenciava as políticas locais principalmente no sentido de favorecer empreiteiros daquela origem nos contratos com o Estado e de privilegiar os descendentes desses mesmos imigrantes nos empregos públicos ou diretamente dependentes do governo. Ela atuava especialmente nas grandes cidades da costa Leste, como Nova Iorque e Boston no final do século XIX e começo do XX (O filme “Gangues de Nova Iorque” retrata alguns aspectos da atuação da Tamanny e suas relações com o mundo das elites). O custo desse processo foi tornar a atividade política pouco atraente para a população menos favorecida, formada em grande parte pelos imigrantes e seus descendentes. A atividade política “higienizada”, o ideal patricio de homens políticos que eram o espelho da autoimagem das elites tradicionais do país acabou levando a um declínio secular da participação e do interesse pela política (McGerr, 1986). Dessa maneira, a luta contra nosso “*cronyism*” e contra a corrupção de

⁴ O comportamento recente dos governos dos Estados Unidos e Reino Unido, buscando salvar os respectivos sistemas financeiros dos efeitos da crise, podem levar a uma alteração da divisão inicial. Esse efeito ainda não se produziu quando escrevemos o texto. Mas surge uma primeira aproximação dessa possibilidade quando o secretário do Tesouro norte-americano é acusado de proximidade excessiva e leniência com os bancos e companhias de seguro que foram inicialmente socorridas por aquele governo e com as quais ele teria uma proximidade excessiva. Ver, por exemplo, a extensa reportagem “Geithner, Member and Overseer of Finance Club” (Morgenson, 26/4/2009).

maneira geral não pode perder de vista os “*trade-offs*” que ela provoca. Ela facilmente se torna uma maneira indireta de defender um ideal de política tradicional restrito. Aí não existe espaço para a participação e expressão populares. A maioria da população não se identifica com o jogo político porque não pode expressar sua identidade através dela e sequer chega a compreender seus contenciosos. O resultado desse desinteresse pode ainda ser pior para a democracia do que o nosso “*cronyism*”.

A grande solução seria então conciliar a contenção do “*cronyism*” com a existência e continuidade de uma esfera política dotada de alto grau de participação popular. Para não perdermos a dimensão do problema voltemos ao nosso estigmatizado Deputado Severino Cavalcanti. Ele renunciou ao seu mandato de deputado federal em 2005 e não conseguiu se eleger para o mesmo cargo em 2006, mas em seguida foi eleito prefeito de João Alfredo, sua principal base eleitoral. Se a eleição é a “prova do pudim” da atividade política — e é razoável que seja, senão escorregaríamos num elitismo ao mesmo tempo alienante e produtor de outras rodadas de *cronyism* — somos obrigados a procurar soluções mais enraizadas nas culturas nacionais. Nos nossos exemplos a contenção foi alcançada através de cruzadas morais que acabam esterilizando os campos por onde passam, chegando mesmo a resultados desastrosos, como o golpe militar de 1964. E, além de tudo, essa contenção do *cronyism* era apenas aparente (Molica, 2005).

Será que só é possível esse resultado? Talvez no passado fosse quase impossível encontrar boas soluções. Mas o presente nos presenteou com diversos trunfos. O primeiro deles é o próprio conceito de governança, que se difunde cada vez mais, se tornando uma espécie de imperativo social. Outro aspecto alvissareiro é o conjunto das ferramentas interativas de comunicação oriunda da internet, que estão cada vez mais difundidas pela sociedade e que ajudam a viabilizar tecnicamente o novo conceito. Finalmente, a maior transformação é o aumento geral da escolaridade e, conseqüentemente, da capacidade de expressão da cidadania, que altera a morfologia da sociedade e é a “mãe” de todas as possíveis mudanças.

A resposta teórica é também um imperativo social

A ideia de governança entrou na nossa cultura como um tipo de conduta que respeita os diversos interessados em questões específicas e nos processos públicos em geral. Fala-se em governança, por exemplo, de uma área de proteção ambiental, na qual devem dialogar os preservacionistas, os habitantes do local e os representantes dos interesses econômicos que pretendem explorar os recursos da região. Os resultados das decisões tomadas após o diálogo sistemático têm tudo

para serem melhores do que aquelas tomadas apenas por um grupo. Há mesmo um novo ramo da teoria econômica, a “Economia Institucional”, que pretende identificar a especificidade das situações de governança e a partir daí desenhar e estabelecer mecanismos específicos de controle para cada caso.

Mas cuidado! Encontramos aí mais uma vez o fantasma do formalismo, em alguma medida análogo àquele que pretende uma vida política totalmente higienizada. E agora a “boa governança corporativa”, que já carrega uma pequena história, pode nos servir de contraponto.

No início do século atual, os mundos das finanças e das empresas foram sacudidos pelo escândalo da Enron, a então famosa empresa texana de energia. Primeiro essa empresa foi considerada a “benchmarking” — a empresa exemplar na gestão de recursos e de pessoas, cujos procedimentos devem ser entendidos e seguidos por todos que desejam a excelência nos processos de gestão de pessoal e de recursos financeiros. Mais tarde, ficamos sabendo que muito do que ali se fazia passar como formas modernas de gestão e de governança não era mais do que mera ficção, propagada pelos porta-vozes da Enron e repetida e repercutida por centenas de analistas e gurus espalhados no mundo inteiro.

Fundamentalmente, queríamos acreditar no que era difundido, em parte porque a mise-en-scène e a retórica utilizadas eram os da moda e os atores excelentes. Em suma, o mundo inteiro seguiu um *bandwagon* que representava a empresa moderna, mas que se revelou, pelo menos, uma representação na acepção teatral do termo. As falhas da governança da empresa só foram identificadas depois do desastre, e essa falha custou as economias e as reservas para a aposentadoria de milhares de pequenos acionistas e de antigos trabalhadores da empresa. Depois do desastre, houve uma intensa rodada de re-regulamentação societária, que gerou a chamada Lei Sarbanes-Oxley, em 2002, já conhecida como “SOX”. De maneira análoga, observamos mais recentemente primeiro o desenvolvimento de uma nova disciplina nas finanças e na estatística aplicada, que passou a ser chamada de “gestão de riscos”, considerada um novo braço e aperfeiçoamento da governança corporativa. Tal novidade passou a ser considerada a consagração mesma da estabilidade e do crescimento sustentado do mundo dos negócios, e em especial da atividade financeira (Power, 2006). Dotados de instrumentos precisos de medida do risco, os mercados financeiros poderiam ampliar quase indefinidamente o seu espectro de atuação e, principalmente, multiplicar a proporção do uso de capitais de terceiros — a agora famosa “alavancagem” — nas estratégias de investimentos. Mas aí veio o teste de stress real da crise. E os modelos se revelaram falhos e incapazes de prever a sequência de acontecimentos que estamos assistindo, em especial depois da falência do Banco Lehmann Brothers. Descobrimos então, mais

uma vez depois da falha, que os sofisticados algoritmos e modelos de previsão não levavam em conta a descontinuidade de comportamentos econômicos que uma crise séria sempre provoca (Lohr, 4/11/2008). Mas descobrimos mesmo? Ou já sabíamos e não queríamos admitir? Ou ainda, os modelos funcionaram, mas seus alarmes foram ignorados?

Entra agora a grande questão, na qual o empirismo da sociologia parece fornecer mais elementos para a ação do que o formalismo da teoria econômica. A academia e a imprensa especializada irão discutir muito nos próximos anos qual das três possibilidades é a mais correta. Mas podemos realmente confiar em modelos de análise, nos seus algoritmos e na prática de vigilância que eles ensejam? É logicamente possível que a criação de novos modelos, ou o aperfeiçoamento dos atuais, leve a uma situação de previsibilidade estruturalmente mais acurada. Mas assistimos regularmente nos dias seguintes à eclosão das crises uma sucessão de “descobertas” como as do presente. Toda uma série de evidências da crise atual mostra que os gestores de risco e seus algoritmos, mesmo quando eles apontavam exposições excessivamente altas, eram solenemente ignorados pelas direções dos grandes bancos e corretoras. Mostrando essa regularidade secular apontada por (Galbraith, 1993), os banqueiros e seus porta-vozes nos convenceram que a alavancagem de agora é diferente e menos arriscada que a antes. E como o fenômeno é coletivo e sistemático, dificilmente poderemos apontar um culpado de carne e osso e “malhar o Judas” que espiaria nossos pecados coletivos. Vemos assim surgir, ou reaparecer, uma espécie de *cronyism* talvez muito mais perigosa do que aquela que nos acostumamos a denunciar. Trata-se de uma convergência entre financistas, acadêmicos, imprensa de negócios e mesmos políticos do Legislativo e membros das agências governamentais que se ocupam da supervisão da atividade financeira, no sentido de afrouxar as regras e as críticas à expansão praticamente ilimitada da atividade financeira. Os episódios em torno da desregulamentação da atividade financeira durante o governo Bush mostram esse perigo.⁵ E só a crise atual e a busca dos seus culpados que revelou as manobras naquele sentido, que até então tinham passado despercebidas (Labaton, 2/10/2008). No ambiente de euforia, todos queriam ficar do lado dos ganhadores, inclusive aqueles que tinham por ofício preservar a cautela. Em suma: desenhos institucionais cuidadosos e os mecanismos que eles põem em marcha podem ser condições necessárias para construir cenários e prever abstratamente o futuro. Mas as cumplicidades produzidas pelas coalizões do sucesso que se formam quase naturalmente não são dados que podem ser descartados ou tratados apenas como

⁵ Ver a reportagem “The Day the S.E.C. Changed the Game”, de S. Labaton, em vídeo disponível em: <http://www.nytimes.com/interactive/2008/09/28/business/20080928-SEC-multimedia/index.html>.

questões morais. Antes, a experiência mostra que são dados estruturais das realidades econômicas e políticas contemporâneas (Reinhart e Rogoff, 2009).

Conclusão: O imperativo social brasileiro

E aí, depois dessa “lição de humildade” fornecida pela avaliação da grande crise em que o mundo todo acabou de mergulhar, voltamos para o nosso “*crony capitalism*” original, aparentemente caboclo como a nossa jabuticaba. Há o problema mais recorrente, e explosivo, da relação entre o poder público e seus fornecedores de produtos e serviços. Temos também os desdobramentos da privatização. Com ela melhoraram a oferta e a qualidade de vários serviços públicos, em especial das comunicações, mas o peso deste item nos orçamentos cresceu vertiginosamente (Junior, 9/1/2009), indicando que não substituímos o monopólio público pela concorrência desimpedida e sim por algum tipo de “*cronyism*” menos claro e que os episódios da contenda entre Dantas e os fundos de pensão nos ajudam a intuir.

É possível e desejável desenhar arranjos institucionais formalmente corretos, como mecanismos aperfeiçoados de licitação pública, dotados de abrangência para realmente suscitar uma maior concorrência através de propostas de muitos fornecedores e de transparência nas diversas fases não só de seus processos de decisão, mas também de alocação de recursos públicos. Eles são condição necessária para controlar os desvios e criar um clima social menos adverso quanto aos procedimentos e agentes da função pública. O aperfeiçoamento institucional incidindo nas relações entre empresas prestadoras de serviços públicos e suas agências reguladoras também pode e deve melhorar. Mas aqui é interessante também notar a evolução brasileira dos últimos anos: depois do famoso “escândalo dos anões do orçamento” (*O Globo*, 14/5/1997). Os processos de licitação foram aperfeiçoados diminuindo o espaço para as manipulações de concorrência mais conhecidas. Então os lobistas simplesmente se mudam para as diversas instâncias que agora controlam a liberação de verbas públicas, como os Tribunais de Contas, ONGs e braços ambientalistas do governo e Ministério Público. E as indicações são de que esse reposicionamento está reproduzindo o *cronyism* em outras esferas, justamente aquelas que deveriam controlar o fenômeno (Junqueira, 5/5/2009).

A luta contra o *cronyism* seria então uma empresa inglória? Não me parece. Cada episódio como o dos anões do orçamento, passando pelas diversas ocorrências vinculadas ao crédito consignado e mesmo a recente tirada do Presidente Lula reclamando da dificuldade de fazer as obras do PAC andarem (Lins, 13/4/2009), num primeiro momento entram na máquina de fazer escândalos e reiteram nosso complexo de vira-latas.

Mas é só isso? Não creio. Aos trancos e barrancos, cada rodada de escândalos acaba gerando também mais aperfeiçoamento institucional e, talvez mais importante, maior vigilância da sociedade. Olhando com algum distanciamento crítico, nossos escândalos são um peculiar mecanismo de mobilização e de aprendizado social. E ele é cada vez mais eficiente, na medida em que os aperfeiçoamentos tecnológicos e as mudanças morfológicas da sociedade se nutrem uns dos outros. Ouso dizer que provavelmente estamos diante da resolução prática do dilema entre “Paideia” e fortalecimento do arcabouço institucional (Jaeger e Highet, 1939; Filgueiras, 2007). A Paideia, a absorção e criação de valores cívicos elevados através da educação, que elevaria os cidadãos a adotarem e exigirem altos níveis de moralidade e o aperfeiçoamento institucional se nutrem um do outro e os escândalos acabam sendo a forma de mobilização social que dirige a sociedade para essa convergência.⁶

O giro pela literatura sugere que os aperfeiçoamentos produzidos como subprodutos de escândalos não são peculiaridades do Brasil, como mostram os exemplos recentes dos países mais desenvolvidos. É claro que não podemos nos esquecer de que os escândalos geram esse perigoso efeito colateral de provocar crises políticas, algumas de grande magnitude. Mas não seria possível gerar essa energia social controlando mais os desdobramentos indesejáveis, em especial os riscos institucionais? Talvez esse resultado seja possível se a sociedade entender melhor não só a cinética dos escândalos — esse movimento contínuo que gera a sensação de escandalização permanente, na qual um escândalo parece só acabar quando começa o próximo — mas também essa dinâmica menos evidente do escândalo como um produto sistêmico da sociedade atual e dos interesses específicos que produzem a microfísica da sua deflagração e desenvolvimento. Outro problema provocado pela tendência à escandalização é que qualquer dirigente político ou técnico exercendo no setor público está permanentemente sujeito à execração midiática e a carregar problemas jurídicos pessoais advindos de sua ação governamental. Essa tendência, que afeta indistintamente os quadros próximos de quaisquer tendências políticas, afasta os talentos e virtudes dos cargos de responsabilidade no setor público e precisa ser evitada se quisermos ter um Estado bem administrado.

Entretanto, feita a importante ressalva ouso dizer, contra a opinião corrente, que os escândalos recentes que sacudiram a sociedade brasileira não foram tão institucionalmente desestabilizadores quanto se avalia (Grün, 2008). Assim como

⁶ Ver interessante artigo de Filgueiras sobre a relação entre Paideia e progresso institucional disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000400008&lng=en&nrm=iso.

falamos reiteradamente da democracia como uma plantinha frágil que pode ser muito facilmente destruída, mas não vimos nas últimas duas décadas nenhum retrocesso institucional, verificamos que os escândalos são a forma de concentração da energia social necessária para romper o imobilismo das instituições. O uso da retórica do perigo iminente é um artifício poderoso nas estratégias de mobilização social, produzindo um stress tanto pessoal quanto coletivo dificilmente substituível. Mas se pusermos todos esses escândalos em perspectiva, verificaremos que são mais facilmente enquadrados como episódios de aperfeiçoamento do convívio institucional, as dores do parto de uma sociedade civil surpreendentemente robusta e articulada, capaz de controlar os desmandos que julgamos fazerem parte da nossa natureza.

Bibliografia

- Abrapp. Quadro Comparativo regional. *Consolidado Estatístico*. 7/2009.
- Bourdieu, P. S.-M. M. Le patronat. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.20–21, p.3–82. 1978.
- Chagas, M. CPMI dos Correios investigou ações de Daniel Dantas no esquema do mensalão. *Agência Brasil*, 8/7/2008.
- Dobry, M. *Sociologie des Crises Politiques: la Dynamique des Mobilisations Multisectorielles*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques. 1986.
- Duailibi, J. Ex-ministro Mendonça de Barros depõe na Justiça e diz que escuta serviu a vencedor no leilão da Telebrás: Mendonça liga ex-diretor do BB a grampo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo: A13 p. 26/4/2001.
- The Economist. Ready to take on the World. *The Economist*: 65-66 p. 15/1/1994.
- Fama, E. F. Agency Problems and the Theory of Firm. *Journal of Political Economy*, v.88, n.2, p.288-307. 1980.
- Filgueiras, F. República, Confiança e Sociedade. *Dados*, v.50, p.863-897. 2007.
- Folha Online. Jefferson diz que foi procurado por Dantas para denunciar PT. *Folha Online*, 30/5/2006.
- Freitas, M. R. E. R. O bilionário leilão de cargos: Há no governo 24 mil postos de confiança e 11 partidos cheios de apetite. *Revista Época*, edição nº 465. 13/4/2007.
- Galbraith, J. K. *A short history of financial euphoria*. New York, N.Y.: Whittle Books in association with Viking. 1993. xii, 113 p. p.
- Garrigou, A. Le scandale politique comme mobilisation. In: F. Chazel (Ed.). *Action Collective et Mouvements Sociaux*. Paris: Presses universitaires de France, 1993. Le scandale politique comme mobilisation, p.267.
- Grün, R. Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do

- ambiente econômico. *Dados*, v.51, p.313-352. 2008.
- Gusfield, J. R. *Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement*. Urbana: University of Illinois Press. 1986. viii, 226 p.p.
- Hollingsworth, J. R., P. C. Schmitter, *et al.* *Governing Capitalist Economies: Performance and Control of Economic Sectors*. New York: Oxford University Press, 1994.
- IBGC. *Código das Melhores práticas de governança corporativa*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2004
- Jaeger, W. W. e G. Highet. *Paideia: the ideals of Greek culture*. Oxford, UK: B. Blackwell. 1939. v. p.
- Joseph, W. O. A. J. *Cultural Adaptation and Institutional Change: The evolution of vocabularies of corporate governance, 1972–2003*. *Poetics*, v.33, n.3–4, 2005.
- Junior, C. Inflação mais alta deverá pressionar tarifas de água, luz e telefone em 2009. *Folha de S.Paulo*, 9/1/2009.
- Junqueira, C. Migração do lobby de construtoras para tribunal não reverte veto a obras e mobiliza parlamentares: Congresso reage à perda de poder para o TCU. *Valor Econômico*, 5/5/2009.
- Labaton, S. The Reckoning: Agency's '04 Rule Let Banks Pile Up New Debt. *The New York Times*. 2/10/2008.
- Leitão, A. M. E. M. Funcionário público usou a ex-babá como laranja: Como o diretor João Zoghbi tornou uma senhora de 83 anos sua sócia para receber dinheiro de um banco que faz negócios com o Senado. *Revista Época*, 25/4/2009.
- Lins, L. Lula: máquina pública sabe fiscalizar, mas não executar. *O Globo*, 13/4/2009.
- Lohr, S. Financial Engineering, Wall Street's Extreme Sport. *The New York Times*, 4/11/2008.
- Masahiko Aoki, G. J., Hideaki Miyajima. *Corporate Governance in Japan: Institutional Change and Organizational Diversity*: Oxford University Press. 2007.
- McGerr, M. E. *The Decline of Popular Politics: The American North, 1865-1928*. New York: Oxford University Press. 1986. ix, 307 p.p.
- Mendes, V. Cresce cobrança da BrT sobre Daniel Dantas: Montante exigido do banqueiro a título de ressarcimento já supera R\$ 600 mi. *O Estado de S.Paulo*, 3/6/2006.
- Mizruchi, M. S. *The structure of corporate political action: inter-firm relations and their consequences*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1992. xi, 299 p.
- Molica, F. E. (2005). *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro, Record.
- Morgenson, J. B. A. G. Geithner, Member and Overseer of Finance Club. *The New York Times*, 26/4/2009.
- Neveu, E. *Sociologie des mouvements sociaux*. Collection Repères, 207. Paris: La

- Découverte, 1996.
- O Globo. Denúncia levou à ação contra Anões do Orçamento. *O Globo*. 14/5/1997.
- Peña, B. D. L. Crise política: Valério não soube explicar a origem do dinheiro, que parlamentares da CPI consideram suspeita. *O Globo*, 8/7/2005.
- Power, M. Enterprise risk management and the organization of uncertainty in financial institutions. In: K. Knorr-Cetina e A. Preda (Ed.). *The Sociology of Financial Markets*. Oxford, UK; New York: Oxford University Press, 2006. Enterprise risk management and the organization of uncertainty in financial institutions, p.250–68.
- Reinhart, C. M. e K. S. Rogoff. *This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- Ribeiro, S. Contribuinte pagou 35,31% do PIB em impostos no ano passado. *Agência Brasil*, 12/12/2008.
- Rieder, J. e S. Steinlight. *The Fractious Nation? Unity and Division in Contemporary American Life*. Berkeley: University of California Press. 2003. vii, 295 p.p.
- Rodrigues, N. e R. Castro. *A sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. 197 p.
- Roe, M. J. *Strong Managers, Weak Owners: The Political Roots of American Corporate Finance*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1994. xvi, 324 p.
- Romero, C. Disputa entre Dantas e fundos de pensão dividiu Gushiken e Dirceu e envolveu até Clinton. *Valor Econômico*, 14/9/2005.
- _____. Rosa diz que poder na Vale é compartilhado. *Valor Econômico*, 27/10/2009.
- Senado, A. T. *Depoimento de Daniel Dantas à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a compra de votos*. Brasil, 21/9/2005.
- Smith, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Thompson, J. B. *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*. Cambridge, Malden, MA: Polity Press; Blackwell. 2000. xiii, 324 p.p.
- Useem, M. *The Inner Circle: large corporations and the rise of business political activity in the U.S. and U.K.* New York: Oxford University Press. 1984. xii, 246 p.